

**Racismo: um conflito constante na Educação***Racism: a constant conflict in Education*Joana Lúcia Alexandre de FREITAS<sup>1</sup>Alan Vieira de MENEZES<sup>2</sup>Julia Jesus de SOUZA<sup>3</sup>**Resumo**

Evidências demonstram que, para muitos alunos e professores, o racismo faz parte do cotidiano. Da mesma forma, há de pesquisas que demonstraram como o pensamento racista é nutrido e configurado entre os profissionais da Educação. Portanto, por meio de revisão de literatura com integrativa de artigos publicados nas bases de dados Scielo e CAPES, o objetivo deste artigo foi analisar pesquisas sobre o racismo no contexto educacional brasileiro na visão de especialistas, docentes e interessados na temática. Fez-se uma busca nas bases de dados eletrônicas SciELO (Scientific Electronic Library Online) e Periódicos Capes e os resultados são constituídos por discussões entorno da Lei nº. 10.639/2003 e o papel do professor no combate ao racismo. Constatou-se que os estudos sobre essa temática precisam se expandir, pois as discussões são importantes para aprofundar o assunto e o compartilhamento dos recursos utilizados pode contribuir para o enfrentamento do racismo na escola.

**Palavras-chave:** Racismo. Educação. Preconceito. Lei nº. 10.639/2003. Discriminação.

**Abstract**

Evidence demonstrates that, for many students and teachers, racism is part of everyday life. In the same way, there are investigations that demonstrate how racist thinking is nurtured and configured among education professionals. Therefore, through an integrative literature review of articles published in Scielo and CAPES databases, the objective of this article was to analyze research on racism in the Brazilian educational context from the perspective of specialists, teachers and those interested in the subject. Fez-a search is made in the electronic databases SciELO (Scientific Electronic Library Online) and Capes Newspapers and the results are constituted by discussions around Lei nº. 10.639/2003 and the role of the teacher does not combat racism. I know that the studies on this theme need to be expanded, because the discussions are important to deepen the subject and the sharing of two resources used that can contribute to the confrontation of racism in the school.

**Keywords:** Racism. Education. Preconception. Law no. 10.639/2003. Discrimination.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde- Universidade Federal de Santa Maria- UFSM. E-mail: joana.freitas@faceli.edu.br

<sup>2</sup> Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia na Faceli (2022).  
E-mail: alanvieirademenezes@gmail.com

<sup>3</sup> Graduanda em Licenciatura Plena em Pedagogia na Faceli (2022). E-mail: jesusdesouzajulia@gmail.com

## Introdução

Hoje é difícil questionar o papel que a Educação formal desempenha na (não) reprodução do racismo, assim como participa de modo consciente e inconsciente para manutenção do racismo na sociedade. Essa contribuição se dá, por meio de práticas pedagógicas explicitamente racistas e pelos discursos de alguns educadores. No entanto, poucas investigações notam o modo como a Educação formal reproduz o racismo, e algumas vezes, também o origina.

A teoria racial crítica (TRC) oferece aos pesquisadores educacionais reflexões centradas nas questões de raça para desafiar visões dominantes tanto na pesquisa, quanto na prática. A Educação para a cidadania, um componente obrigatório do currículo nacional, deve ser ensinado por todas as escolas. É constantemente destacado pelos formuladores de políticas públicas como uma grande inovação que promove a coesão social em geral e a igualdade racial em particular (SILVA, 2019).

Pesquisas indicam que muitos professores e administradores escolares não têm certeza sobre como agir ou lidar com esses desafios (SILVA, 2019; CANDAU et al., 2016). Em muitos casos, há uma incerteza entre muitos professores sobre suas responsabilidades, como entender e identificar o racismo em ambientes educacionais e como responder. Entender o racismo como uma prática excludente e discriminatória fundamentada em uma variável de suposições, lógicas e construções ideacionais que se manifestam em níveis individuais, sociais e estruturais (SANTOS; MEIRA, 2019).

Perante o exposto, o objetivo deste estudo é analisar pesquisas sobre o racismo no contexto educacional no Brasil, na visão de especialistas, docentes e interessados na temática por meio de revisão de literatura com integrativa de artigos publicados nas bases de dados Scielo e CAPES.

No entanto, existem algumas análises que estabelecem um quadro racial ligando o bullying as formas de violência racial na escola. Lobato (2009) busca encontrar essa relação quando pesquisa os efeitos do bullying no currículo de alunos negros do Ensino Médio em escolas técnicas públicas. No entanto, ele descartou o conteúdo dessa prática racista em sua análise, preferindo o bullying como mais uma forma de expulsar os alunos negros das escolas públicas.

A relação entre bullying e racismo nas escolas pode ser questionada: Porque esconder o racismo atrás do bullying nas escolas? 2) Por que professores e gestores,

mesmo considerando o bullying como uma forma de violência, não desenvolvem estratégias para acabar com ele (bullying/racismo) e, ao contrário, o fazem naturalmente, muitas vezes como “*brincadeira de criança*”? 3) Por que existem tantas posições diferentes entre alunos e professores sobre essa situação? Por que muitos leitores dizem que não é bullying, mas racismo? 4) Por fim, o bullying pode ser uma forma oculta de repetição social e racial nas escolas?

A primeira hipótese aqui utilizada é seguir as pistas de Ramos (2009), cuja pesquisa mostra que o bullying permite maior tolerância de professores e gestores. Isso provavelmente está relacionado à conotação geral da palavra: é tudo e nada ao mesmo tempo. Nessa abordagem descritiva, Oliveira e Gomes (2012, p.7) citam um conjunto de comportamentos que são considerados bullying: “Existem vários comportamentos observados nos agressores: irritabilidade, humilhação, espalhar boatos, fofocas, suspeitas, isolamento, agressão física, ridicularização, discriminação racial ou ofensas sexuais, entre outras coisas”.

A combinação de todos esses chamados bullying parece-nos aqui cumprir certas funções sociais, a saber: remover o racismo; reconstruir e reforçar o mito da democracia (não) racial; eliminar a discussão sobre discriminação e legitimidade da Lei 10.639/03. Afinal, se professores e gestores não veem discriminação em suas escolas, o que significará o ensino da Lei 10.639/03?

### **Trajectoria metodológica**

Este estudo busca realizar uma revisão integrativa da literatura que relacione estratégias de enfrentamento do racismo utilizadas pela escola ou na Educação. A revisão integrativa é um método que sintetiza resultados de pesquisas sobre um determinado tema ou questão de maneira sistemática e ordenada, objetivando contribuir para o conhecimento desse tema (ROMAN; FRIEDLANDER, 1998).

Visando alcançar o objetivo do estudo, realizou-se uma busca nas bases dados eletrônicas: Scientific Electronic Library Online (SciELO), e no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A busca foi realizada os operadores booleanos (racismo OR preconceito racial) AND (escola OR Educação) AND (combate OR enfrentamento).

Como o objetivo desta revisão foi verificar os recursos que vêm sendo utilizados para o combate do racismo nas escolas, optou-se por não delimitar na pesquisa o período de publicação. Assim, para não haver o risco de excluir estudos importantes em virtude apenas da data de sua divulgação, foram incluídos todos os trabalhos publicados até o ano de 2022 quando a busca foi realizada.

Oteve-se um total de 223 documentos (SciELO: 78 e periódicos da Capes: 145). Na primeira etapa, excluiu-se 27 trabalhos duplicados entre as bases, restando um total de 196 artigos. Em seguida, a seleção foi realizada a partir do título da publicação e, em seguida pela leitura dos resumos, na busca de estudos que se enquadrassem nos critérios de inclusão estabelecidos, que foram: (1) ter como tema principal o racismo e/ou preconceito racial e (2) estar relacionado à área da Educação e/ou ter relação com a escola.

Dos 196 documentos restantes, 171 não atenderam aos critérios de inclusão, restando nessa etapa 10 documentos. Os dez artigos selecionados confluem em estudos que apresentem uma proposição ou metodologia de enfrentamento do racismo no ambiente escolar, ainda que cada abordagem envolva um conjunto diferente de ações e visa abordar de formas distintas as diferentes manifestações de racismo. Elas vão desde ações que buscam desafiar o racismo estrutural, as perspectivas emancipatória, norma-crítica e intercultural, até abordagens que engajam formas individualizadas de racismo, as perspectivas relacional, democrática e centrada no conhecimento (BERNARDO; MACIEL, 2015).

### **Educação e racismo**

Uma concepção de Educação que explica a relação que existe na perpetuação do racismo na sociedade é a de Émile Durkheim. Para este autor, a Educação nada mais é do que aquilo que as gerações adultas ou mais velhas selecionam para formar os novos. Como afirma Lagoa (2019, p. 17), a Educação seria, portanto, um “processo de transmissão de conhecimento e ideologia que ocorre principalmente entre gerações”. Entendida dessa forma, podemos ver, em primeiro lugar, que a Educação é uma atividade abrangente ou, melhor dizendo, na qual todas as instituições da sociedade atuam permanentemente: a família, a religião, as crenças e ainda mais concentradamente o Estado, por meio da Educação institucionalizada.

É sabido atualmente que a Educação começa no útero, mas se formaliza quando a pessoa está fora dele. No início da vida, o mundo é conhecido através do filtro proporcionado pelo ambiente familiar, dos amigos e, como um todo, da comunidade e da sociedade. As gerações mais velhas impõem sua marca, seus modos de fazer, compreender e perceber a realidade, e é sobre isso que se dá a formação das novas (NASCIMENTO; GOUVÊA, 2020).

Com o passar do tempo o processo cognitivo torna-se algo mais autônomo, mas mesmo assim, há algumas marcas do ambiente e das etapas primárias de formação. Ninguém vê o mundo em abstrato, afirmam os filósofos. Conseqüentemente, as percepções a todo momento serão mediadas pelos conceitos aprendidos e apreendidos, e pelas concepções morais que se enraízam, fixando e naturalizando nas partes conscientes e inconscientes de cada um. A escola, parte orgânica da sociedade, tende a reproduzir o que está interessada em introjetar em seus membros (MAGGIE, 2006).

A diferença é que a escola funciona em sua tarefa educativa sob um procedimento lógico evolutivo sistemático, ou seja, tenta ir de acordo com os estágios de desenvolvimento pelos quais aqueles que são sujeitos e destinatários de sua atividade. É claro que a escola também se declara a favor da eliminação da ignorância, de certos preconceitos, mas não do racismo em si, no decorrer das práticas pedagógicas (RODRIGUES, 2013).

Apesar do racismo ser um dos mais desprezíveis preconceitos ideológicos, são parte intrínseca da própria natureza, e do cotidiano, do projeto educacional. Porém, restringe-se aos documentos, não se insere na prática pedagógica, se assim o fizesse poderia significar uma modificação substancial dos próprios fundamentos dos projetos educacionais oficiais (CANDAUI, 2016).

Em suas origens, a Organização das Nações Unidas (ONU) por meio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) ocupam uma posição muito importante nesse contexto da presença do racismo dentro das escolas; hoje, porém, a partir dessas organizações são reconhecidas as bases estruturais do fenômeno. Verifica-se também que há referência às condições institucionais do racismo, assim se recolheu em seus documentos e declarações que o colonialismo introduziu o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e formas correlatas de intolerância à diversidade (UNESCO, 2001).

Africanos, afrodescendentes, povos de origem asiática e povos indígenas foram vítimas do colonialismo e continuam sendo vítimas de suas consequências (UNESCO, 2001). Mas nem a ONU nem a UNESCO consideram transformar sociedades substancialmente, nem recomendam refazer o currículo educacional. É verdade que eles mantêm uma posição de alerta, no que concerne à sua intervenção, deixando ainda o campo vago para possíveis intervenções no problema do racismo dentro das escolas.

Assim, como as sociedades o codificaram em suas estruturas básicas, o racismo está inscrito nos fundamentos nucleares da Educação formal. Compreendê-lo, esclarecê-lo, é essencial, entre outras coisas, para explicar por que as tentativas deliberadas de o minar com medidas baseadas na escola nem sempre são bem-sucedidas (SILVA, 2018).

Tendo em vista que este artigo tem como foco as ações antirracistas, também abordamos as conceituações de racismo. Em linha com nosso foco no antirracismo como prática, começamos com uma definição que reconhece o racismo por meio de suas práticas. Em vez de definir o racismo como um conjunto específico de construções ideacionais, como uma teoria ou ideologia claramente demarcada, enfatizamos ação e função (SILVA & TOBIAS, 2016).

Em essência, o racismo é uma prática excludente e discriminatória que se baseia em uma série de suposições, teorias e construções ideacionais mutáveis, mas interligadas, cada uma dependente dos contextos históricos e sociais em que emergem. Defendemos que nosso foco na ação permite uma compreensão ampla que reconhece a continuidade histórica das práticas racistas, bem como as variáveis combinações de ideias, lógicas e teorias que as sustentam (RIZZO & FONSECA, 2019).

O racismo é uma ideologia profundamente enraizada nas sociedades atuais. Sua existência está fundamentada em uma crença básica: os seres humanos são divididos em raças; entre as raças existem hierarquias que determinam a superioridade ou inferioridade - conforme o caso - de uma em relação à outra. A posição hierárquica de cada um está ligada à subsistência de características duradouras e imutáveis que os distinguem uns dos outros, como "traços físicos, aptidões e atitudes psicológicas". Invariavelmente, a combinação entre eles provoca "um processo de degeneração das raças superiores" (SILVA, 2018 p. 15).

No entanto, as ações que propõem fazem parte da lógica regular aceita pelos Estados e seus sistemas educacionais, sem mudanças substantivas. Assim, eles reconhecem que condições políticas, econômicas, culturais e sociais desiguais podem

engendrar e fomentar (todos esses fenômenos) que por sua vez exacerbam a desigualdade (UNESCO, 2001 p. 25), e, portanto, propõem que “a autêntica igualdade de oportunidades para todos em todos os campos, incluindo o desenvolvimento, é essencial (para a erradicação do racismo e seus fenômenos relacionados”.

Portanto, decorre daí, que antes de mudar as sociedades se propõem a realizá-las em seus ideais mais caros, ou seja, como se se tratasse de um problema de desenvolvimento pleno do projeto social e não de falhas internas do mesmo. Conseqüentemente, declaram-se inclinados a acreditar que a Educação, o desenvolvimento e a plena aplicação de todas as normas e obrigações internacionais de direitos humanos, em particular a promulgação de leis e estratégias políticas, sociais e econômicas, são essenciais para combater o racismo, e outros males.

### A análise dos artigos pesquisados

Neste texto, pretende-se tornar visível a relação entre racismo e Educação. Como afirmado, é uma relação especial, uma relação não simples, mas muito útil para o racismo, que encontra na Educação o agente ideal capaz de produzi-lo, reproduzi-lo, introduzi-lo e legitimá-lo entre as novas gerações (CAVALCANTE DOS SANTOS, 2021). Nessa análise torna-se visível a complexidade tanto do racismo quanto do antirracismo, a seguir o Quadro 1, demonstra um esquema representativo da análise realizada:

**Quadro 1:** Esquema Representativo

	<b>Autores</b>	<b>Enfoque da ação</b>	<b>Métodos de enfrentamento</b>
<b>1</b>	SILVA; DIAS, 2013	Institucional (a Educação, a escola e seus componentes)	Aplicação de princípios de ensino institucional para lidar com a discriminação racial na escola.
<b>2</b>	TREVISAN; DAL SIN, 2014	Livro didático	O uso de figuras em livros didáticos de matemática que venham favorecer os métodos de comunicação e práticas sociais mais tolerantes.
<b>3</b>	ORLANDO; FERREIRA, 2014	Professores de línguas do ensino fundamental e médio	Oferta de formação continuada e assistida a respeito desta temática para professores.
<b>4</b>	AGUIAR; PIOTTO; CORREA, 2015	Professores e alunos da Educação infantil	Por intermédio da formação, na base (profissionalizante e/ou acadêmica) ou complementar (posteriores), aos professores.

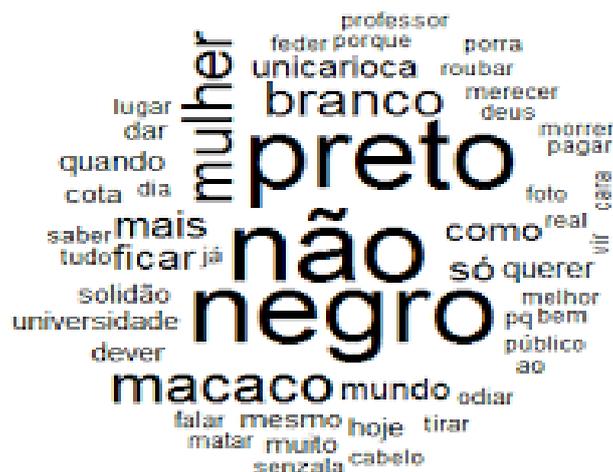
5	CUNHA, 2015	Professores de História	Utilização da ementa ou de um fato histórico, para abordar a discussão sobre racismo e a implementação da Lei n. 10.639/2003
6	SANTANA, 2016	Livros didáticos	A inclusão de debates educacionais nos livros didáticos, que abrange os acontecimentos da mudança relevante na história brasileira.
7	MATOS; BISPO; LIMA, 2017	Estudantes do ensino médio e técnico	Realização de evento anual com produtos culturais e apresentações de atividades, pensados e elaborados em sala de aula.
8	CARVALHO; CASTRO, 2017	Alunos do ensino médio	Através do currículo, com processos de consulta que permitam o enfraquecimento de estruturas fortes e tradicionais de racismo
9	PINTO, 2017	Participantes do projeto de extensão, alunos e docentes	Produção de materiais didáticos, folders, vídeos, conteúdos digitais, que envolvam os alunos no processo e na abordagem, aliado a um curso de extensão.
10	MOURA; AUTIELLO, 2017	Alunos do ensino fundamental	Elaboração de um jornal como tarefa didática abordando a temática, e utilização deste material permanentemente no ensino da diversidade racial.

Fonte: Autores, 2022.

Os resultados apresentados por Santana (2016) e Trevisan e Dalcin (2015) apresentam críticas adequadas à discriminação decorrente dos livros didáticos e enfatizam a importância de reconhecer a forma geral como os temas aparecem nos livros didáticos. Em relação aos livros de Matemática, Trevisan e Dalcin (2015) estes criticam imagens que retratam a expressão de igualdade e tolerância como inconsistentes com a realidade social.

Na figura 1 abaixo serão apresentadas palavras e frases que são usadas para inferiorizar e causar preconceito.

**Figura 1:** Nuvem de palavras usadas em situações racistas nos artigos analisados.



Fonte: Autores, 2022.

Esses estudos apontam para as manifestações discriminatórias observadas nos livros didáticos e enfatizam a importância da atenção aos livros didáticos e materiais educativos, pois são importantes fontes de informação e conhecimento no desenvolvimento da criança e são parte importante no combate ao crime e preconceito.

Carvalho e Castro (2017) enfatizam a importância das diretrizes curriculares para informar a cultura africana e principalmente para respeitar a história da resistência africana. Junto a isso, traz à tona o reconhecimento da existência de guias de estudo multidisciplinares sobre questões de raça e etnia, mas também há a crítica de que, para que as propostas sejam efetivamente implementadas, ainda é preciso um longo caminho, pois os autores assumem que as diretrizes por si só não são suficientes para erradicar o preconceito.

Em consonância com a discussão desses fatores, temos Cunha (2015) e Silva e Dias (2013), mas com um foco mais voltado ao combate ao racismo por meio do ensino em sala de aula. Na obra de Cunha (2015), há sugestões para uma *ordem de História*, o que levanta a importância de debater a história da Insurreição de Queimados, que é crucial na oposição à escravidão no Brasil, que está fora do âmbito dos debates da escola pública. O trabalho de Silva e Dias (2013) traz contribuições da Pedagogia Institucional<sup>4</sup> para a discussão de questões de sala de aula, particularmente sobre questões de raça e etnia.

<sup>4</sup> Considerada parte de um sistema educacional dinâmico, que foi discutido na década de 1960 e introduziu uma nova forma de ver a cultura e a própria educação. Protege a crítica às instituições educacionais existentes, extrapola os muros da escola, divide o papel dos professores e destaca a importância do sistema educacional por meio da análise política e da intervenção comunitária.

Os artigos que compõem esta seção discutem a importância do uso do currículo, além de apresentar aspectos práticos de combate à discriminação por meio do ensino de diversas disciplinas em sala de aula, desenvolvendo e aprimorando a Educação escolar com informações que fortalecem o combate ao racismo e a valorização da cultura.

O trabalho de Orlando e Ferreira (2014) traz à tona as dificuldades que os professores enfrentam ao lidar com temas raciais. Inadequações, más tomadas de decisão e o argumento de que não são treinados para lidar com esses fatores na prática são os achados da pesquisa dos autores.

Nesse campo, apresenta-se também o estudo de Aguiar, Piotto e Correa (2015), que apresenta dados sobre as percepções dos estagiários de pedagogia sobre a discriminação docente e a discriminação na Educação infantil. Comentar as características físicas dos alunos negros, apreciar e comparar as qualidades dos alunos negros e brancos e as diferenças entre as preferências dadas aos alunos por sua cor fizeram parte das informações coletadas pelos alunos de carreira. Apesar disso, os estagiários relataram ter problemas para identificar o racismo e a discriminação.

Os projetos culturais desenvolvidos pela escola são apresentados como estratégias de enfrentamento nos trabalhos de Moura e Autiello (2017), Matos, Bispo e Lima (2017) e Pinto (2017). Moura e Autiello (2017) introduziram o uso do jornal no ambiente escolar como tarefa permanente de ensino da diversidade racial e étnica. Matos, Bispo e Lima (2017) propuseram um projeto escolar anual que promove o diálogo entre alunos, professores e visitantes, a fim de abordar questões raciais e difundir a Educação antidiscriminação.

Pinto (2017) elaborou um projeto ampliado para descobrir as práticas e expressões da cultura afro-brasileira. Todas essas três citações referem-se à aplicação desses conceitos como implementação da Lei n. 10.639/2003, que inclui a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira nas escolas brasileiras.

### **Considerações finais**

Aniquilar as conversas sobre raça e sociedade remove a verdade e a realidade da Educação. A conceituação do racismo como prática permite o reconhecimento das diversas formas como ele se manifesta nos ambientes educacionais e na sociedade. Enquanto alguns professores enfatizam a necessidade de combater as expressões de

racismo individuais dos alunos, outros trabalham para desafiar as normas sociais de exclusão, discriminação institucional, ambientes de aprendizagem monocultura ou restrições internalizadas.

A complexidade do problema exige uma ampla gama de ações antirracistas, algo que nossos dados também mostraram. Nenhuma abordagem única tem o potencial de abordar todas as manifestações de racismo. Em vez disso, os professores desenvolveram várias abordagens para combater diferentes formas de racismo que abordam diferentes alvos de mudança.

Embora os resultados mostrem uma ampla gama de ações, algumas abordagens são mais comuns do que outras. Em consonância com a visão historicamente dominante do racismo no Brasil, é notado como as três perspectivas que buscam abordar expressões individuais de racismo ainda são mais comuns do que abordagens que buscam corrigir manifestações estruturais de racismo.

Nas abordagens analisadas, os alunos individualmente são os alvos da mudança, e o racismo é entendido como um problema que entra principalmente na escola por meio de certos jovens problemáticos. As escolas e aqueles que nelas trabalham são, na maioria das vezes, vistos como parte da solução, e não do problema, assim, esta revisão contribuiu para uma melhor noção sobre o racismo e seus impactos dentro das instituições de ensino do Brasil, permitindo que discussões sejam levantadas para minimizar esse mal social.

## Referências

AGUIAR, Márcio Mucedula; PIOTTO, Debora Cristina; CORREA, Bianca Cristina. Relações étnico-raciais e formação docente: situações de discriminação racial na Educação infantil. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 9, n. 2, p. 373-388, 2015.

BERNARDO, Teresinha; MACIEL, Regimeire Oliveira. Racismo e Educação: um conflito constante. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 5, n. 1, p. 191-191, 2015.

BERSANI, Humberto. Racismo estrutural e o direito à Educação. **Educação em Perspectiva**, v. 8, n. 3, p. 380-397, 2017.

CANDAU, Vera Maria et al. **Educação em direitos humanos e formação de professores (as)**. Cortez editora, 2016.

CARVALHO, Isabela Bastos de; CASTRO, Alexandre de Carvalho. Currículo, racismo e o ensino de língua portuguesa: as relações étnico-raciais na Educação e na sociedade. **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 133-151, 2017.

CARVALHO, Daniela Melo da Silva; DE FRANÇA, Dalila Xavier. Estratégias de enfrentamento do racismo na escola: uma revisão integrativa. **Revista Educação & Formação**, v. 4, n. 3, p. 148-168, 2019.

CARVALHO, Daniela Melo da Silva. **A escola no enfrentamento ao racismo**. 2020.

CAVALCANTE DOS SANTOS, Clistenis Clênio. **Racismo Institucional: do ensino superior aos serviços de saúde**. 2021. Tese de Doutorado.

COELHO, Ingrid Mesquita et al. Preto lá faz faculdade? Uma revisão da literatura sobre racismo nas universidades brasileiras. **Revista Intersaberes**, v. 14, n. 32, p. 381-395, 2019.

CONCEIÇÃO, Beatriz Teixeira. **Racismo e prática docente no contexto da Educação infantil: uma revisão de literatura integrativa**. 2020.

CUNHA, Guanair Oliveira da. Memória da Insurreição do Queimado (1845-1850) Serra-ES: a precursora da Lei nº 10.639/2003. **Simbiótica**. Revista Eletrônica, v. 2, n. 2, p. 50-63, 2015.

DE QUADROS, Alexander et al. Racismo institucional: uma revisão integrativa sobre a saúde da população negra. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 10, p. 81483-81492, 2020.

DE SOUZA VIEIRA, Suelaine Leite; DE SOUZA, Eliane Leite; FERRARI, Carlos Kusano Bucalen. Relações étnico-raciais na Educação e na Escola: uma revisão. **Revista Parajás**, v. 2, n. 2, p. 182-196, 2022.

DO NASCIMENTO, Alexandre. Educação das Relações Étnico-Raciais: elementos teóricos e metodológicos de uma prática de formação docente. **Revista Magistro**, v. 2, n. 8, 2013.

DOS SANTOS, Renato Emerson. A Lei 10.639 e o ensino de geografia: construindo uma agenda de pesquisa-ação. **Revista Tamoios**, v. 7, n. 1, p. 04-24, 2011.

LAGOA, Maria Izabel. A ofensiva neoliberal e o pensamento reacionário-conservador na política educacional brasileira. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 19, p. e019006-e019006, 2019.

LINS RODRIGUES, Antonio Cesar. **Corpos e culturas invisibilizados na escola: racismo, aulas de Educação física e insurgência multicultural**. 2013. **Tese de Doutorado**. Universidade de São Paulo.

LOBATO, Gerciene de Jesus Miranda; PAULA, Jully Greyce Freitas de; ROCHA, Helena do S. C. da. **A interferência do bullying na permanência do aluno negro em**

**sala de aula**. 2009. Disponível em: [http://connepi2009.ifpa.edu.br/connepi-anais/artigos/191\\_3949\\_1907.pdf](http://connepi2009.ifpa.edu.br/connepi-anais/artigos/191_3949_1907.pdf). Acesso em: 7 ago. 2022.

MAGGIE, Yvonne. Racismo e anti-racismo: preconceito, discriminação e os jovens estudantes nas escolas cariocas. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 96, p. 739-751, 2006.

MATOS, Maurício Sousa; BISPO, Ana Mary Costa; LIMA, Elane Andrade Correia. Educação antirracista e a lei 10.639/03: uma proposta de implementação a partir do novembro negro do IFBA. **Holos**, v. 2, p. 349-359, 2017.

MOREIRA-PRIMO, Ueliton Santos; DE FRANÇA, Dalila Xavier. Efeitos do racismo da trajetória escolar de crianças: uma revisão sistemática. **Debates em Educação**, v. 12, n. 26, p. 176-198, 2020.

MOURA, ALC; AUTIELLO, SLM. A imprensa negra como possibilidade estratégica de trabalho para a formação leitora no espaço escolar. **Entreletras**, v. 8, n. 2, p. 282-300, 2017.

NASCIMENTO, Hiata Anderson; GOUVÊA, Guaracira. Diversidade, multiculturalismo e Educação em ciências: olhares a partir do Enpec. **Revista Brasileira de Pesquisa Em Educação Em Ciências**, p. 469-496, 2020.

OLIVEIRA, Beatriz Muccini Costa; KUBIAK, Fabiana. Racismo institucional e a saúde da mulher negra: uma análise da produção científica brasileira. **Saúde em Debate**, v. 43, p. 939-948, 2019.

ORLANDO, Andréia Fernanda; FERREIRA, Aparecida de Jesus. A sensibilização sobre a diversidade étnico-racial na formação inicial e/ou continuada de professores de línguas. **Acta Scientiarum. Language and Culture**, v. 36, n. 2, p. 207-216, 2014.

PINTO, Karina Conceição Gama. Baixada afro-brasileira: valorização das manifestações artísticas e culturais. **RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 3, n. 2, p. 109-120, 2017.

QUEIROZ, Hellen Araujo et al. O reconhecimento da identidade racial na Educação infantil. **Revista de Divulgação Científica Sena Aires**, v. 7, n. 1, p. 66-75, 2018.

RAMOS, Ana Karina Sartori. **Bullying: a violência tolerada na escola**. 2009. Disponível em: [Artigo bullying 11 12 08 \(diaadiaeducacao.pr.gov.br\)](http://artigo.bullying111208(diaadiaeducacao.pr.gov.br)). Acesso em: 05 jul. 2022.

RIZZO, Tamiris Pereira; FONSECA, Alexandre Brasil Carvalho da. Concepções e práticas de Educação e saúde da população negra: uma revisão integrativa da literatura brasileira. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 13, n. 4, 2019.

ROMAN, Arlete Regina; FRIEDLANDER, Maria Romana. Revisão integrativa de pesquisa aplicada à enfermagem. **Cogitare Enfermagem**, v. 3, n. 2, 1998.

SANTANA, Márcio Santos de. Uma polêmica historiográfica e sua permanência espectral na história escolar. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 11, n. 3, p. 1481-1495, 2016.

SANTOS, Erisvaldo Pereira dos; MEIRA, Ludmila Costa. Os desafios da Educação das relações étnico-raciais e a formação de professores para a Educação infantil. Formação Docente—**Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v. 11, n. 22, p. 13-20, 2019.

SILVA, Carolina Rocha. Racismo, Religião e Educação no Brasil: Desafios Contemporâneos. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 11, n. Ed. Especi, p. 283-296, 2019.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Educação das Relações Étnico-Raciais nas instituições escolares. **Educar em Revista**, v. 34, p. 123-150, 2018.

SILVA, Roberto da; TOBIAS, Juliano da Silva. A Educação para as relações étnico-raciais e os estudos sobre racismo no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 65, p. 177-199, 2016.

SILVA, Tarcia Regina da; DIAS, Adelaide Alves. O racismo sob a forma de violência silenciosa e as contribuições da pedagogia institucional no seu enfrentamento. **Reflexão e Ação**, v. 21, n. 1, p. 72-92, 2013.

TREVISAN, Andreia Cristina Rodrigues; DALCIN, Andreia. O que as imagens dos livros didáticos de matemática nos dizem sobre multiculturalismo? **Educação Matemática Pesquisa: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática**, v. 16, n. 2, 2014.

UNESCO. **Conferência mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerâncias correlatas**. Durban, África do Sul. 2001.